

Professor: Fernando Battistini

IDEIAS REVOLUCIONÁRIAS

Desde o renascimento cultural, uma nova forma de pensar substituía o domínio teocêntrico sobre o mundo. A compreensão racional, o humanismo, ganhava força e transformavam o mundo nas mais diversas áreas.

Durante o século XVII e XVIII uma série de pesquisadores demonstraram essa revolução com pesquisas, principalmente sobre os corpos celestes, que modificaram a forma de analisar o mundo. Galileu confirma as pesquisas de Cópernico, afirmando o heliocentrismo.

Francis Bacon cria o método empírico que prega que a experimentação é à base de todo o conhecimento. Porém, é com René Descartes que podemos falar, pela primeira vez em método científico. Para ele todo conhecimento deveria vir da razão, sendo preciso e correto, comprovado por métodos empíricos e respeitando as leis físicas invariáveis (como proposto por Isaac Newton). Para Descartes, todo conhecimento deveria respeitar algumas regras básicas:

- Duvidar de tudo que não seja completamente claro e acima de suspeitas.
- Dividir os problemas, com o objetivo de facilitar a busca pelas respostas.
- Favorecer os pensamentos mais simples frente aos mais elaborados.
- Apresentar suas pesquisas, criando “relatórios” sobre as pesquisas, nada omitindo.

John Locke

Porém, não só na ciência houveram mudanças. O pensador inglês, John Locke, propunha mudanças na organização política e social. Para ele, nada justificava o poder absolutista. A relação entre os reis absolutistas e poder de Deus (teoria do direito divino) era amplamente criticada por Locke, que buscava uma organização que social que garantisse direitos para todos os cidadãos.

Para garantir esses direitos Locke propunha a criação de constituições (conjunto de leis) que deveriam ser respeitadas pelos governantes. Essas leis deveriam garantir o direito à vida, a liberdade e a propriedade privada. Desta forma, o poder do governante deveria ser limitado, se transformando em um representante do povo, sujeito aos interesses da nação, e não aos seus próprios interesses.

Suas ideias motivaram duas revoluções na Inglaterra, como veremos a seguir.

Revoluções Liberais Inglesas

Com a morte da rainha Elizabeth I a Inglaterra entra em uma crise política, econômica e social. A última representante da dinastia Tudor, não deixou herdeiros, sendo que seu primo Jaime I, então rei da Escócia, é passa a ocupar o trono inglês.

No entanto seu governo não foi dos mais fáceis. Elizabeth deixa um governo com dívidas, com um exército fraco e com uma custosa e ineficaz burocracia estatal. Os Stuarts, dinastia inaugurada por Jaime I, ainda criam um problema com o retorno das disputas religiosas ao tentar fortalecer o anglicanismo com novas perseguições aos protestantes calvinistas (que fogem para a América do Norte) e aos católicos. Em crise, os Stuarts ampliam os impostos, aumentando, com isso, a insatisfação dos populares, assim como da burguesia inglesa.

Estes dois grupos formavam o Parlamento, instituição que recebia um apoio limitado da rainha Elizabeth, mas, que na nova dinastia, não era respeitado. Em 1640, a insatisfação chega ao limite, com o início de uma guerra entre o exército real e o chamado Exército do Novo Tipo, as tropas do Parlamento. Com o dinheiro da burguesia, e o amplo interesse dos populares nesta vitória, o Parlamento sai vitorioso e em 1649, Oliver Cromwell assume o poder, executando o rei Carlos I (filho de Jaime I), e dando origem a uma República na Inglaterra.

Durante seu governo, Cromwell cria um governo que buscava as ideias liberais propostas por John Locke. Ao favorecer essas medidas, a burguesia passa a ser favorecida, conseguindo ampliar suas riquezas e posses.

A principal lei criada neste governo foram os Atos de Navegação, que impunha que o transporte de mercadorias da Inglaterra só poderia ser realizada em navios ingleses. Tal medida faz com que o dinheiro ficasse no próprio país, favorecendo toda a cadeia de produção da Inglaterra. Esta lei enriqueceu os burgueses, e é tratada como a principal causa da Revolução Industrial.

Porém, Cromwell, em 1653, fecha o Parlamento e passa a governar como um ditador. Em sua morte, o poder passa a seu filho, que não soube estabelecer um governo que agradasse aos burgueses. Essa insatisfação leva o Parlamento a acabar com a República e restabelecer a dinastia Stuart no poder em 1669. Carlos II assume o trono prometendo apoiar não só a nobreza como também a burguesia. No entanto, seu filho, Jaime II, não cumpre com essa promessa e retoma o absolutismo na Inglaterra.

Com medo de uma nova guerra, o Parlamento oferece o trono a Guilherme de Orange, príncipe holandês, desde que este aceitasse a Declaração de Direitos, documento que limitava os poderes reais garantindo a influência do Parlamento no governo.

Iluminismo

Todas as mudanças que vieram ocorrendo desde o século XVII acabaram se resumindo em uma nova escola de pensamento, o Iluminismo. Estes teóricos propunham a valorização da razão como um “farol” da humanidade, na tentativa de eliminar a ignorância humana com as luzes.

Para esses teóricos, o mundo estava dominado pelo Antigo Regime (herança do mundo feudal), que deveria ser substituído por um sistema liberal, que valorizasse a razão. O Absolutismo deveria dar espaço para governos constitucionais; a valorização da fé deveria ser substituída pela razão e as leis que delimitavam as divisões sociais deveriam ser desfeitas, gerando a possibilidade de mobilidade social.

Na busca pela expansão do conhecimento, os iluministas criaram as Enciclopédias, livros que buscavam resumir todo o conhecimento humano, com textos que permitissem que todos pudessem entender.

O Iluminismo se transforma em um agente transformador em todas as áreas da humanidade, até mesmo na economia e política.